



Construção civil apresenta saldo positivo de empregos em maio, mostra Caged



Em maio, a construção civil registrou o terceiro melhor saldo positivo dentre os oito setores econômicos analisados pelo **Cadastro Geral de Empregos e Desempregados (Caged)**. Foram abertas 3.181 vagas de emprego formal no mês, uma expansão de +0,16% comparado a abril, segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho na terça-feira (20). Os outros dois setores à frente da construção foram o agropecuário (+29.302) e o de serviços (+18.577). No

geral, seis setores apresentaram crescimento.

Na construção, foram 118.810 admissões e 115.629 demissões. As principais classes de atividades que impactaram no resultado positivo foram: Construção de rodovias e ferrovias (+4.163), com destaque para Ceará e Minas Gerais; Construção de edifícios (+911), especialmente Minas Gerais e Paraná; Obras de urbanização (ruas, praças e calçadas) (+471), em particular São Paulo e Goiás, e Montagem de instalações industriais e de estruturas metálicas (+328), sobretudo no Pará e em Minas Gerais.

No mesmo período, houve a abertura de 33.659 postos de trabalho em todo o Brasil. No entanto, o número é inferior ao registrado em maio de 2017 – 34.254 novas vagas. Desses postos, 3.220 foram contratos de jornada parcial.



**SEGURO
DFI SISTEMA
FINANCEIRO
SEM FRANQUIA
E COM AS
MELHORES
TAXAS DO
MERCADO.**

Seguradoras:

essor
Soluções

ZURICH
Seguros

GEO
CONVENIO DE SEGUROS



Share



Tweet



Forward

TST aprova Instrução Normativa sobre normas processuais introduzidas pela Reforma Trabalhista



O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho aprovou nesta quinta-feira (21) a Instrução Normativa 41/2018, que explicita normas de direito processual relativas à Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista). De acordo com o texto aprovado, a aplicação das normas processuais previstas pela reforma é imediata, sem atingir, no entanto, situações iniciadas ou consolidadas na vigência da lei revogada. Assim, a maioria das alterações processuais não se aplica aos processos iniciados antes de 11/11/2017, data em que a Lei 13.467 entrou em vigor.

O documento aprovado é resultado do trabalho de uma comissão composta de nove ministros do TST instituída em fevereiro para analisar as alterações introduzidas na CLT. As instruções normativas não têm natureza vinculante, ou seja, não são de observância obrigatória pelo primeiro e pelo segundo graus. Contudo, sinalizam como o TST aplica as normas por elas interpretadas.

(Fonte: Notícias TST)



Votação da Lei de Licitações é adiada para julho



O presidente da Comissão Especial de modernização da legislação sobre licitações e contratos, deputado Augusto Coutinho (SD/PE), adiou a reunião para votação do parecer do relator João Arruda (PMDB/PR) para o dia 3 de julho. A reformulação da Lei de Licitações (Lei 8.666/93) engloba os PLs 1292/95, 6814/17 e outros 230 apensados.

O Projeto de Lei 1292/1995, do deputado João Arruda, revoga as leis de Licitação e do Pregão e, parcialmente, a Lei do Regime Diferenciado de Contratações (RDC), criando uma normatização única para as modalidades de licitação e contratos da Administração Pública. O setor apoia a modernização da legislação sobre o tema, mas considera imperativo aperfeiçoar alguns pontos do substitutivo do relator, já que impactará todas as futuras licitações e contratações públicas.



Share



Tweet



Forward

Presidente da Comat/CBIC palestra sobre inovação e Foresight no DNIT



Dionyzio Klavdianos, presidente da Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade (Comat) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), participou nesta quinta-feira, 21 de junho, da 2ª edição da Semana do Planejamento do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Partindo do tema "O Futuro da Construção", Klavdianos apresentou o estudo técnico de *Foresight*, realizado pela comissão com o Senai Nacional, e mostrou a importância que a CBIC confere à questão da inovação. "A palestra aconteceu em um dos principais organismos contratantes do governo, um dos mais importantes no que diz respeito a obras públicas, um órgão que está demonstrando interesse em investir em tecnologia para melhorar os processos internos e de contratação, notadamente o BIM, um dos nossos projetos de maior interesse em ver disseminado pelo setor, pois melhora processos, possibilita maior transparência e democratiza a tecnologia entre os diversos atores", comentou o presidente da Comat após o evento.



Share



Tweet



Forward

Instigado por evento da CBIC, Sinduscon-PA realiza ações pela saúde e segurança do trabalhador



O Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará (Sinduscon-PA) assinou, na última segunda-feira (18), um termo de cooperação com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Pará (SRTE/PA) em prol da saúde e segurança do trabalhador. O objetivo é desenvolver ações de natureza preventiva, educativa, de disseminação do conhecimento e de sensibilização quanto ao cumprimento das normas técnicas de Segurança e Saúde no Trabalho (SST).

A iniciativa é uma continuidade do projeto de incentivo à formalidade e resultado do Seminário Regional Edificar o Trabalho, onde foi lançada a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes na Indústria da Construção (Canpat Construção 2017/2018). Realizado na capital paraense em fevereiro deste ano, o seminário é uma realização da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por meio da sua Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT), em correalização com o Sesi Nacional, o Sinduscon-PA e o Ministério do Trabalho (MTb).

Entre os principais fatores de acidentes no setor da construção, "trabalho em altura" será o tema que vai abrir uma série de palestras organizadas pelo Sinduscon-PA e pelo MTb, que se reunirão periodicamente para definir pontos de maior interesse para debate.

Ainda com vistas a incentivar a formalidade e difundir essas ideias prevencionistas entre os diversos atores do setor, o Sinduscon-PA confirmou a realização do evento do Dia Nacional da Construção Social (DNCS), em 18 de agosto.



Share



Tweet



Forward

Prazo para municípios concluírem Planos de Mobilidade Urbana é adiado



Com a sanção da Lei 13.683/18, publicada na quarta-feira (20) no Diário Oficial da União (DOU), os municípios terão um prazo maior para concluir seus Planos de Mobilidade Urbana (PMUs) – até abril de 2019, especificamente. A nova lei tem origem na Medida Provisória 818/18, aprovada na Câmara dos Deputados no dia 23 de maio, e no Senado Federal, no último dia 28.

Foi vetada, no entanto, a possibilidade de apresentar um único plano de mobilidade para regiões metropolitanas com mais de 1 milhão de habitantes. Os municípios que descumprirem o novo prazo ficarão impedidos de receber recursos orçamentários federais destinados ao setor.

(Com informações da Agência Câmara)



Share



Tweet



Forward



AGENDA



22 de junho

Jogo do Brasil x Costa Rica

Em função do jogo do **Brasil x Costa Rica** amanhã (22/06), pela **Copa do Mundo 2018**, na Rússia, comunicamos horário especial de funcionamento da CBIC. Início do expediente às 13h



YouTube



Email



Website



Twitter



Facebook



Flickr



SoundCloud

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR TODAS AS EDIÇÕES DO CBIC HOJE

CBIC

CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção | SBN - Quadra 01 - Bloco I - Edifício Armando
Monteiro Neto - 4º Andar - CEP 70.040-913 - Brasília/DF | Tel.:(61) 3327-1013

[unsubscribe from this list](#) [update subscription preferences](#)

[Inscreva-se aqui para receber nossos informativos](#)